

Aspecto da Indústria Açucareira no Brasil

Maria Fagundes de Souza Docca Pacheco

A indústria açucareira no Brasil, que data seu alvorecer do século do descobrimento, é explorada presentemente nas seguintes zonas: No Nordeste Brasileiro, onde lhe abrange a faixa extensa, porém estreita da tradicional «Zona da Mata»; na planície sedimentar campista, no Estado do Rio de Janeiro; na zona campestre de São Paulo; e na chamada «Zona da Mata», de Minas Gerais.

Zonas essas que — pelo clima quente e úmido, constante de pequena ou regular amplitude térmica, de dois períodos chuvosos, intercalados de dois outros de menos chuvas, e pelos solos de massapé e de argilas, humosos e oriundos do complexo arqueano — constituem o «habitat» propício ao desenvolvimento e a expansão da cana de açúcar. Cujas raízes demandam de 50 à 75 cms. de penetrabilidade no solo.

De textura barrenta, de bôa capacidade de retenção d'água, isto é, com forte atividade coloidal, contendo matéria orgânica, a par de riqueza química, principalmente o potássio, é o massapé, o solo por exceléncia para a cana de açúcar.

Trazida da Madeira, pelos portugueses, foi essa gramínea plantada no Brasil, sendo, já em 1526 transformada em açúcar que era exportado para a Europa.

E o açúcar — a mais antiga indústria implantada nas terras de Santa Cruz — o propulsor primeiro do desenvolvimento material, demográfico e cultural do Brasil. Logo que com a variedade chamada Crioula, foi verificada a exceléncia das terras brasílicas, para o plantio da cana, deu Portugal início a uma mais intensa colonização branca e ao tráfego de escravos negros. Dada a difícil adaptação do aborigene ao trabalho sedentário, o negro trazido da África, em meados do século XVI, passou a ser no dizer de Antonil «os pés e as mãos do senhor de engenho», no Brasil. Sua importância, na indústria açucareira, pode ser avaliada pela importância durante os séculos XVII, XVIII e XIX de 1.350.000 escravos.

A adaptação perfeita da cana, gerou o desenvolvimento da indústria açucareira, que apesar de tratada pelos métodos empíricos da época, tornou o Brasil, na segunda metade do século XVII, o maior fornecedor de açúcar para o mercado europeu. No qual, o consumo, à partir desse século, cresceu sempre.

Contudo nesse mesmo século XVII, deu-se o êxodo de capitais e de escravos para a mineração que então se iniciava no Brasil central. Exodo devido à baixa de preços e aos óbices políticos opostos pela França e Inglaterra, à exportação do açúcar na época, o ouro branco do

Brasil, mais rendoso ainda do que o outro.

Foi a importância mundial que assumiu o comércio desse produto, o movel principal da cobiça holandeza. E foi, ainda, o açúcar que permitiu a vida faustosa de Nassau, no Recife, e em seguida, levou os antigos ocupantes da terra, à expulsar o domínio flamengo.

O século XIX — não obstante o aparecimento do café, — seu poderoso rival que logo lhe tomou a hegemonia, mantida até então na economia brasileira — foi o de grande impulso da indústria açucareira com a introdução na agricultura, da cana tipo Caiana, em substituição à Crioula que degenerava então, com o evento do engenho à vapor, em 1827, usando o bagaço da cana como combustível e poupando assim a devastação das florestas. E por fim com a implantação da usina em 1877, obedecendo ainda ao grande progresso do século — a eletricidade. Foi o século XIX, o ponto culminante do ciclo do açúcar, o do predomínio político, econômico e cultural do Nordeste, de Campos e da Bahia, na vida do País. Foi o período áureo da indústria que criou tão explêndida civilização, de aspectos diferentes, segundo as influências geográficas de cada região.

Assim, no Nordeste, foi, desde o início — a grande propriedade, a monocultura e a escravidão — o tipo de exploração agrícola empregado. Em que se fazia mistér grandes cabedais, por parte do senhor do engenho a fim de montar e manter um engenho real. No qual pelo número de pessoas, de animais e de material utilizados, mais parecia, no século XVII, uma verdadeira povoação. Emprêsa que, não raro, pelos riscos a que estava sujeita, levava o homem rico, a preferir ser simples plantador de cana.

Iniciada pelo Banguê, aparêlho primitivo de produzir açúcar, evoluiu a indústria, para o engenho, movido ora por animais ora à água e depois à vapor e por último, para a usina.

Foi, entretanto, no período do engenho que se desenvolveu o grande cenário açucareiro do Nordeste, onde a casá-grande a capela e o engenho, o «triângulo rural» de Gilberto Freire, marcavam as coordenadas sociais da época, situando o luxo, a ociosidade, a cultura e o predomínio patriarcal do senhor-de-engenho ao lado do trabalho forçado do escravo. Contudo, para que não se levantem ódios ou incompreensões, faz-se mistér que se diga ser êsse sistema de vida, uma contingência, um imperativo da época, em que a mentalidade humana, atrasada, julgava o trabalho, uma atividade indigna do homem livre, culto e nobre.

Com o crescimento da indústria do açúcar, sobreveiu a monocultura canavieira, a qual, com

sua natural tendência avassaladora, fez desaparecer a criação de gado e a pequena agricultura, grassando, por várias vezes, devido à escassez de víveres, a fome na zona açucareira do Nordeste. Para sanar êste mal houve o governo de lançar leis no sentido de ser cultivada a mandioca, em quantidade suficiente ao sustento da casa-grande e da escravaria.

Também a devassação das matas nas zonas açucareiras foi desde cedo a preocupação do governo do Brasil. Tendo criado para tal, no século XVIII, o cargo de Juiz Conservador das Matas.

Já em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, foram as pequenas propriedades que deram início à exploração agrícola da cana de açúcar. Surgiram, quando Pernambuco já atingira uma civilização, as engenhocas, trabalhadas às vezes, unicamente pela própria família e um ou outro indígena domesticado.

Em geral foi o indígena sendo afastado para o «sertão» ou miscigenado em número menor. Com a conquista das terras, feita à golpes de heroísmo, a expansão dos canaviais, e a disseminação de engenhocas, a pecuária — a exploração primeira da região — foi abandonada.

O colono português, (minhoto, transmontan ou beirão) que à planície chegara, deixou-se seduzir pelo irrealizável solo campista, de massapê, dedicando-se à cultura da cana, à fabricação do açúcar, com as características de uma obsessão. Ajudada pelo escravo negro, em pouco a civilização, de aspecto rústico, transformou-se ao tempo dos engenhos, não no explendor urbano de Pernambuco ou Bahia, mas numa aristocracia rural, de maneiras requintadas residindo em sobrados luxuosos e largos, traendo a sugestão da planície. Enquanto se multiplicavam os solares rurais e educavam-se, instruam-se, os senhores do engenho, recalando-lhes os atributos rudes, a cidade de Campos jazia inerte. É que o apêgo à terra do campista, jamais lhe permitiu sobrepor a cidade ao campo. Foi necessário, não obstante, a sua posição de «cidade natural», segundo o conceito geográfico de Vallaux — a moderna influência, indireta da usina, do grande capitalismo, para a cidade progredir. Ao passo que no Nordeste o evento da usina teve ação contrária, atrofiando as pequenas cidades que lhe ficavam próximas.

A abolição da escravatura, acontecimento que ocasionou o colapso econômico da então Província do Rio de Janeiro, o maior núcleo escravagista do Brasil, trouxe para o açúcar campista, pelo isolamento da planície, uma crise de proporção menor. A grande crise econômica, porém sobreveiu após a primeira Grande Guerra, quando desvaneceu-se a miragem efêmera da exportação para a Europa, que contribuira

para as especulações da bolsa, para uma artificial valorização territorial, para o grande capitalismo e para o aparecimento do intermediário. Cabe ao Estado do Rio de Janeiro o 3º lugar na produção de açúcar, com 276.417 toneladas e o 4º na de cana com 3.859.750 toneladas.

Em São Paulo foi a crise ocasionada pela super-produção do café, em 1929, que levou o paulista, sempre empreendedor, porque garantido pela excelência das terras, a retomar à plantação de cana, a explorar a indústria do açúcar. Indústria que começava a se impôr ao tempo da introdução da cultura do café, a fascinante ruíbacia, que tão poderosa civilização fez surgir.

A plantação da cana em São Paulo é feita pelo sistema agrícola de colonos, de imigrantes, aproveitando assim a experiência técnica adquirida na cultura do café. Isto é, ao colono e a sua família é confiado o plantio de uma certa área, em relação com o número de membros da família. Difere, portanto, do Nordeste onde o antigo senhor do engenho transformando-se em fornecedor de cana para as usinas, tem de manter um nível de vida de acordo com a sua hereditária posição social. Assim, enquanto o colono vivendo uma vida simples, numa terra fácil, conforma-se com pequenos lucros, o fornecedor no Nordeste tendo de pagar o assalariado e adubar e irrigar suas terras, exige um preço mais alto para o seu produto. Daí o progresso mais fácil, o nível de vida mais alto, no Sul, enquanto no Nordeste o problema da água, da irrigação, obrigava aos senhores de engenhos e usineiros a despresar o homem, o assalariado, para só atender os problemas do engrandecimento da usina ou a expansão dos canaviais. Trazendo, essa circunstância, o divórcio cada vez maior entre o patrão e o empregado. Maior, mesmo, que ao tempo da escravidão, em que o escravo considerado, então mercadoria de valor, que é preciso conservar, era bem alimentado e vestido. Na fabricação de açúcar detém São Paulo atualmente o 1º lugar, com 785.486 toneladas, também na produção da cana de açúcar pertence-lhe o mesmo lugar com 12.488.926 toneladas.

A Pernambuco cabe segundo as últimas estatísticas o 2º lugar na fabricação de açúcar, somando 688.131 toneladas e na produção de cana com 7.482.941 toneladas.

Alagoas também figura modernamente em 4º lugar na fabricação de açúcar, com 204.939 toneladas.

No Estado de Minas Gerais só em 1935 aparece nas estatísticas a produção de açúcar, que contudo vai em franco progresso. Pertencendo-lhe segundo os últimos dados o 3º lugar na produção de cana de açúcar, com 5.105.395 tonela-

das e o 5º na fabricação de açúcar, com 76.226 toneladas.

No Rio Grande do Sul a florescente cultura de cana de açúcar que se desenvolvia, teve seu crescimento frustado pela lei federal que, em atenção à indústria açucareira do nordeste brasileiro trouxe medidas proibitivas à esta atividade industrial nos Estados da federação possuidores de outras fontes econômicas. Em consequência, houve por algum tempo paralização da cultura e desequilíbrio econômico nos municípios de Santo Antônio, Osório e Torres, os principais produtores de açúcar (tipo mascavo ou ligeiro) e de seu sub-produto, a aguardente.

O açúcar produzido, em nosso Estado, hoje em dia é fabricado em moendas e destinado mormente ao consumo doméstico, à indústria vinícola para correção de vinhos e às fábricas de caramelos, rapaduras e melados.

A cana de açúcar é cultivada em pequena escala em quasi todos os municípios rio-grandenses e o Instituto do Açúcar e do Álcool que para aproveitamento desta cultura, já colocou uma distilaria de álcool no município de Osório, planeja com a proteção agrícola do Estado, idêntica organização nos municípios de Estrela e Ijuí.

As variedades de cana de açúcar mais difundidas no litoral norte do Rio Grande do Sul são, além da P O J, referidas neste estudo, mais adiante, as originárias da Índia, denominadas Combatore. Entretanto a Secretaria da Agricultura, através de sua Estação Experimental, em Osório, acha-se empenhada em difundir, por terem demonstrado ótimo comportamento na gleba gaúcha, as seguintes variedades originárias da cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, cujos prefixos são C B 3624, C B 4069 e C B 4176.

Dentre as 23 unidades da federação brasileira, de expressão econômica no que concerne à cultura da cana de açúcar, ocupa o Rio Grande do Sul o 12º lugar, com 726.004 toneladas (1956).

Nos últimos quarenta anos passaram os grandes produtores a importar variedades de cana mais ricas em sacarose e mais resistentes às moléstias como sejam as conhecidas pela classificação P O J de procedência javanesa e que vieram renovar a lavoura canavieira do Brasil, já tão abatida pela falta de seleção e principalmente pela praga do «mosáico», que quasi devastou os canaviais de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 1923.

Também a cooperação oficial, através das Estações Experimentais de Cana de Açúcar, divulgando os resultados de suas experiências de laboratório e de campo, está sendo eficiente, criando novos métodos de irrigação e de adubação de terras para a lavoura canavieira.

A indústria açucareira conseguiu desde 1831 com a sistematização da produção pelo Estado, relativa estabilidade. Hoje com novas leis e métodos de assistência econômico-social, está o usineiro capacitado para melhor cuidar das necessidades vitais e culturais do operário e do trabalhador rural. Comprova esta asserção o número elevado de usinas que com modelares sistemas de assistência social aos seus trabalhadores, procuram um equilíbrio social mais compatível com as aspirações humanas de justiça.

A par da produção geral do açúcar que na safra de 1956, atingiu 2.268.152 toneladas, figura em 1952 o álcool anidro com a Produção diária de 898.200 litros e o álcool hidratado com 731.410 litros de produção diária. Na distilação de álcool o Rio Grande do Sul produziu 261.000 litros, referentes a mesma safra.

Assim, com este importante sub-produto o álcool, mais cresce o valor da indústria que constituiu a base econômica da implantação definitiva do europeu no Brasil, que permitiu um ciclo econômico, político e cultural dos mais brilhantes de nossa história, e que, com sua função civilizadora contribui, hoje, para o progresso dos que desde o usineiro até o cabloco ou negro lavrador humilde vivem e trabalham para o açúcar do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- De Carli, Gileno** — «Geografia Econômica e Social da cana de açúcar do Brasil». Ed. de Brasil Açucareiro, 1938. — «Aspectos açucareiros de Pernambuco, 1940. — «História Contemporânea do Açúcar no Brasil». — «O açúcar na formação do Brasil». — «Aspectos de economia açucareira». Rio 1942.
- Freyre, Gilberto** — «Nordeste». Rio, 1937.
- Instituto do Açúcar e do Álcool** — «Secção de Estatística». Boletim, 1942
- I.B.G.E. — C.N.E.** — «Estado do Rio Grande do Sul — Censos econômicos — VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950». — «Anuário Eestatístico do Brasil, 1957».
- Lacerda de Melo, Mário** — «Pernambuco — traços de sua geografia humana». Recife, 1940.
- Lamego, Alberto Ribeiro** — «O homem e o brejo», in «Anais» do IX Congresso Brasileiro de Geografia, vol. III. Rio, 1944.
- Lippmann, Edmund O. von** — «História do Açúcar». Ed. do I.A.A., 1941.
- Min. das Relações Exteriores** — «Brasil». 1943-44.
- Simonsen, Roberto C.** — «História econômica do Brasil». Série Brasiliana, 1937.
- Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul** — Dados fornecidos pela D.P.V. (Secção de Agronomia).